

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 3072358620210516212458

Processo 0829509-96.2020.8.23.0010 ☆ - (180 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 10435 - Acidente de Trânsito
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado ☐ Advogado NPJ ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à Descrição:

54 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 54 500 por pág. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	54	16/05/2021 21:24:58	<div>JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO</div> <div>Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (30/04/2021)</div> <div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
<div><div><div>54.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2770308RECURSODEAPELACAO01.pdf</div><div>Público</div></div><div>54.2 Arquivo: guia de arrecadacao judiciaria</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2770308RECURSODEAPELACAOAnexo02.pdf</div><div>Público</div></div>			
	53	04/05/2021 17:20:59	<div>RECEBIDOS OS AUTOS</div> <div>Recebido do(a) MINISTÉRIO PÚBLICO</div> <div>SISTEMA CNJ</div>
	52	04/05/2021 17:20:59	<div>JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</div> <div>Zedequias de Oliveira Júnior</div> <div>Membro do MP/Delegado</div>
	51	04/05/2021 17:20:52	<div>LEITURA DE REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO REALIZADA</div> <div>Para Ministério Público de Roraima em 04/05/2021 com prazo de 30 dias úteis *Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (30/04/2021)</div> <div>Ministério Público de Roraima</div> <div>Membro do MP/Delegado</div>
	50	03/05/2021 08:20:33	<div>RENÚNCIA DE PRAZO DE CRISTIAN JESUS SUAREZ COVA, MENOR REPRES. POR MARIELIS CAROLINA COVAS</div> <div>Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (30/04/2021)</div> <div>WENDER DE MOURA OLIVEIRA</div> <div>Advogado</div>
	49	02/05/2021 19:49:02	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 03/05/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 42) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (30/04/2021) e ao evento de expedição seq. 45.</div> <div>JOÃO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>Procurador</div>
	48	01/05/2021 07:17:03	<div>LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA</div> <div>(Pelo advogado/curador/defensor de CRISTIAN JESUS SUAREZ COVA, menor repres. por MARIELIS CAROLINA COVAS) em 03/05/2021 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 42) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (30/04/2021) e ao evento de expedição seq. 46.</div> <div>WENDER DE MOURA OLIVEIRA</div> <div>Advogado</div>
	47	30/04/2021 19:24:39	<div>REMETIDOS OS AUTOS PARA MINISTÉRIO PÚBLICO</div> <div>Promotoria junto a 4ª Vara Cível - CIÊNCIA com prazo de 30 dias úteis</div> <div>JOSE CLEAN DA SILVA SOUSA</div> <div>Analista Judiciário</div>
	46	30/04/2021 19:22:14	<div>EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO</div> <div>Para advogados/curador/defensor de CRISTIAN JESUS SUAREZ COVA, menor repres. por MARIELIS CAROLINA COVAS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 42) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (30/04/2021)</div> <div>JOSE CLEAN DA SILVA SOUSA</div> <div>Analista Judiciário</div>



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n. 08295099620208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIELIS CAROLINA COVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 11 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

RAZÕES DO RECURSO

COLEND A CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Cuida-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório (DPVAT,) proposta pela ora Apelada, em face do Apelante, buscando o pagamento que afirma lhe ser devido em razão de acidente com veículo automotor que sofrido por seu ente querido, MARIELIS CAROLINA COVA, vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **16/11/2017**.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando a tese lançada na defesa, julgando parcialmente procedente o feito, o que merece pronta reforma, conforme se demonstrará nas presentes razões.

Data vênia, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, esta r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

PRELIMINARMENTE

DA INTERVENÇÃO DO MP

Cumpr e informar, no caso dos autos, o autor é menor, e figura como autor representado por sua genitora, contudo, não se observa menção a este respeito na sentença prolatada.

Urge ressaltar, a necessidade da prática deste ato, de intimação do MP, não por uma faculdade, mas um comando imposto pelo Código de Processo Civil, que traz inclusive, quando ausente tal intimação, uma possibilidade do reconhecimento de uma nulidade.

Ante o exposto e da patente necessidade de intimação do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC.

DA ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” DE PARTE NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE DEMANDA

Apenas por precaução, salienta-se quanto a imperiosa necessidade de se verificar a qualidade de única beneficiária da parte Autora para pleitear a verba indenizatória do Seguro Obrigatório DPVAT, em sua totalidade.

Cumprir destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil¹.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge, e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar a qualidade de única beneficiária da parte Autora na presente demanda².

A certidão de óbito da vítima é clara ao informar que a mesma não deixou filhos no entanto o autor comprova ser filho da vítima. Dessa forma não se tem certeza se o autor seria o único beneficiário da vítima. Vejamos trecho do óbito:

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

O falecido não deixou testamento conhecido; não deixou bens a inventariar; não era eleitor; não deixou filhos. Foi apresentada e fica arquivada neste Cartório a declaração de Óbito nº 26089821-0. Certidão lavrada em 16/11/2017.

Assim, deve-se verificar quanto a real qualidade de beneficiária da parte Autora, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar outro pagamento a possível beneficiário que possa surgir.

Desta forma, ante a ausência comprovação de única beneficiária da parte autora, para receber a indenização em sua totalidade, requer seja **JULGADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 285, VI do Código de Processo Civil/2015.**

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 11 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

¹“Art. 4º: A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)”.

²SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT AÇÃO DE COBRANÇA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA ACOLHIDA CABIA AO AUTOR TRAZER AOS AUTOS PROVA INEQUÍVOCA DA SUA CONDIÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO DA VÍTIMA. Apelação parcialmente provida. (TJ-SP - APL: 00105812220108260003 SP 0010581-22.2010.8.26.0003, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 28/04/2014, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/04/2014)

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARIELIS CAROLINA COVA**, em curso perante a **4ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08295099620208230010.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Parágrafo único. Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.



86650000000-9 49910574106-4 02021052500-0 10210061453-0

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 49,91	Vencimento: 25/05/2021
Comarca: BOA VISTA	Nº G.A.J.: 010.21.0061453	Valor da Causa: R\$ 13.500.00	Processo: 0829509-96.2020.8.23.0010		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação Mecânica



86650000000-9 49910574106-4 02021052500-0 10210061453-0

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA	CNPJ: 05.741.060/0001-89	Agência: 3797-4	Conta: 51669-4	Valor do Documento: R\$ 49,91	Vencimento: 25/05/2021
Comarca: BOA VISTA	Nº G.A.J.: 010.21.0061453	Valor da Causa: R\$ 13.500.00	Processo: 0829509-96.2020.8.23.0010		
Contribuinte: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 19,91
R\$ 30,00

OBS.:

**PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.**

R\$ 49,91

Autenticação Mecânica



Guia - Ficha de Compensação

Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	12/05/2021		0	0
DATA DA GUIA	TIPO DE JUSTIÇA			
12/05/2021	ESTADUAL			
UF/COMARCA	Nº DO PROCESSO			
RR	08295099620208230010			
	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
	Vara Cível	RÉU	49,91	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica		09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
MARIELIS CAROLINA COVA	FÍSICA		70654242275	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
CC3D80A4895D0D6E				
CÓDIGO DE BARRAS				
86650000000 9 49910574106 4 02021052500 0 10210061453 0				